

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ESPERA FELIZ/MG**

**CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL Nº 001/2023**



**ADVOGADO**

**Manhã**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO  
CONSULPLAN**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Não há ciência sem imaginação nem arte sem fato**

A inter-relação entre arte e ciência é essencial para o saber. Para a economia e a inovação. E, principalmente, para a nossa vida cotidiana.

O raciocínio lógico exigido pela ciência e a criatividade e capacidade de reflexão e abstração essenciais na arte fazem muito sentido quando conectados, sendo cada dia mais imprescindíveis em nossa comunidade.

Essa convergência nem de perto se limita a esferas acadêmicas, mas se estende para diversas áreas da vida cotidiana, moldando experiências e influenciando inovações. Vamos além: sociologia, política, arquitetura, psicologia, antropologia etc.

Em meu trabalho como explorador e fotógrafo, preciso considerar como a arte e a ciência são estimuladas nas comunidades que visito. Todas as influências acabam por estar presentes nas imagens. As minhas experiências em campo em alguns países me mostram que sociedades que estimulam a arte e a ciência são mais inovadoras na busca de resolução de problemas, tendem a desenvolver uma economia mais dinâmica e são mais democráticas.

O título deste artigo é uma frase do escritor russo *Vladimir Nabokov* (1899-1977), conhecedor de que narrativas literárias que exploram questões éticas, sociais e filosóficas, sempre que ancoradas em princípios científicos, contribuem para uma compreensão mais profunda da natureza humana. Essas histórias influenciam a percepção e a interação das pessoas em suas comunidades. [...]

*(Por Marcio Pimenta, explorador e fotógrafo da National Geographic Society. GZH Opinião. Em: 29/02/2024.)*

**Questão 01**

Em “*Em meu trabalho como explorador e fotógrafo, preciso considerar como a arte e a ciência são estimuladas nas comunidades que visito.*” (4º§), o conector “*como*” indica efeito semântico expresso em:

- A) Introdução de uma comparação nas duas ocorrências.
- B) Introdução de expressão de causa apenas na segunda ocorrência.
- C) Indicação de perspectiva de alguém em relação a algo apenas na primeira ocorrência.
- D) Comparação de igualdade na primeira ocorrência e introdução de uma comparação na segunda.

**Questão 02**

Pode-se afirmar que entre as ideias estabelecidas no título do texto entre “*ciência*” e “*arte*” ocorre uma relação de:

- A) Negação.
- B) Acréscimo.
- C) Contradição.
- D) Consequência.

**Questão 03**

O trecho do texto que confirma o sentido expresso pelo título atribuído ao texto está corretamente indicado em:

- A) “*Vamos além: sociologia, política, arquitetura, psicologia, antropologia etc.*” (3º§)
- B) “*O título deste artigo é uma frase do escritor russo Vladimir Nabokov (1899-1977), [...]*” (5º§)
- C) “*Em meu trabalho como explorador e fotógrafo, preciso considerar como a arte e a ciência são estimuladas nas comunidades que visito.*” (4º§)
- D) “*O raciocínio lógico exigido pela ciência e a criatividade e capacidade de reflexão e abstração essenciais na arte fazem muito sentido quando conectados, [...]*” (2º§)

**Questão 04**

Os sinais de pontuação são marcadores da construção de sentidos assim como da coerência e coesão textual além de apresentarem outras finalidades de acordo com o contexto em que foram empregados. No fragmento “*Vamos além: sociologia, política, arquitetura, psicologia, antropologia etc.*” (3º§), as vírgulas são usadas para separar:

- A) Adjunto adverbial.
- B) Expressões interpositivas.
- C) Palavras que exercem mesma função sintática.
- D) Termos deslocados que interrompem uma sequência sintática.

**Questão 05**

O primeiro parágrafo do texto *“A inter-relação entre arte e ciência é essencial para o saber. Para a economia e a inovação. E, principalmente, para a nossa vida cotidiana.”* tem sua reescrita corretamente indicada de acordo com a norma padrão e o sentido original do texto em:

- A) A inter-relação entre arte e ciência é essencial para: o saber, a economia, a inovação e, principalmente, para a nossa vida cotidiana.
- B) A inter-relação é essencial entre o saber, a economia e a inovação e, principalmente, entre a nossa vida cotidiana; assim como entre a arte e ciência.
- C) São essenciais para o saber, a inter-relação entre arte e ciência. Assim como para a economia e a inovação. E, principalmente, para a nossa vida cotidiana.
- D) A existência de uma inter-relação entre arte e ciência tornam-se essenciais para o saber assim como para a economia e a inovação. Mas, principalmente, para a nossa vida cotidiana.

**Questão 06**

Considerando que o significado das palavras deve ser compreendido de acordo com o contexto em que foram empregadas, os termos destacados a seguir podem ser compreendidos de acordo com a expressão indicada, com EXCEÇÃO de:

- A) *“mas se estende”* (3º§) / expande
- B) *“Essa convergência”* (3º§) / dilucidação
- C) *“sendo cada dia mais imprescindíveis”* (2º§) / cruciais
- D) *“capacidade de reflexão e abstração”* (2º§) / consideração

**Questão 07**

Em *“Essa convergência nem de perto se limita a esferas acadêmicas, [...]”* (3º§) é possível observar a regência verbal estabelecida de acordo com a norma padrão da língua, tendo como complemento verbal um complemento indireto. O mesmo tipo de complemento pode ser observado em:

- A) Vejo-as assim que puder.
- B) Entregou o projeto sem demora.
- C) O livro que indiquei é sensacional.
- D) Os pais sempre dialogavam com elas.

**Questão 08**

Considerando o trecho destacado em *“Essa convergência nem de perto se limita a esferas acadêmicas, mas se estende para diversas áreas da vida cotidiana, moldando experiências e influenciando inovações.”* (3º§), pode-se afirmar que:

- A) Há uma quebra de expectativa em relação à proposição inicial.
- B) Possibilita a identificação de uma relação de causa e consequência.
- C) Possibilita a identificação de uma simples oposição entre duas ideias.
- D) Há uma confirmação da negativa de não haver o limite indicado anteriormente.

**Questão 09**

A partir da linguagem empregada no texto, pode-se afirmar que, predominantemente, observa-se:

- A) A expressão do sentido denotativo, enfatizando os fatos e ideias apresentados.
- B) A expressão do sentido conotativo, conferindo ao texto a subjetividade característica desse tipo textual.
- C) Uma linguagem de característica metalinguística, expressando e ampliando informações acerca do assunto tratado.
- D) Uma linguagem de característica metafórica, em que a linguagem figurada é utilizada para expressão das ideias e argumentos.

**Questão 10**

Em *“[...] tendem a desenvolver uma economia mais dinâmica e são mais democráticas.”* (4º§), o termo “a” receberia o acento grave indicador de crase se o termo

- A) “desenvolver” fosse omitido.
- B) regido admitisse o artigo feminino “a”.
- C) regido fosse substituído por qualquer tipo de pronome.
- D) regente fosse substituído por qualquer outra forma verbal.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

**Questão 11**

A pista de corrida que compõe a orla de um lago possui 800 metros de extensão. Joana estabeleceu uma meta de correr um percurso mínimo de 4,8 quilômetros em 24 minutos nessa pista de corrida. Se Joana cumprir essa meta com uma velocidade constante durante sua corrida, qual o tempo máximo, em minutos, ela poderá gastar para completar duas voltas na orla do lago?

- A) 2.
- B) 4.
- C) 6.
- D) 8.

**Questão 12**

Ao todo 60 marcas de um produto de limpeza foram inspecionadas por duas agências regulamentadoras (A e B). Após a inspeção, concluiu-se que 50 marcas foram reprovadas pela agência A e 32 marcas foram reprovadas pela agência B. Considere, ainda, que cada marca foi reprovada por pelo menos uma das duas agências. Se uma das marcas é selecionada aleatoriamente, qual a probabilidade de ela ter sido reprovada por apenas uma agência?

- A)  $\frac{1}{5}$ .
- B)  $\frac{4}{5}$ .
- C)  $\frac{11}{30}$ .
- D)  $\frac{19}{30}$ .

**Questão 13**

Os irmãos Celso, Danilo e Eduardo exercem as profissões de engenheiro, cirurgião plástico e piloto de avião, mas não necessariamente nessa ordem. Com respeito ao estado civil atual de cada um deles, sabe-se que um é solteiro, o outro é casado, e o irmão restante viúvo. Sobre os três irmãos, são feitas as seguintes afirmações:

- Celso não é cirurgião plástico e é viúvo;
- Danilo é engenheiro;
- O cirurgião plástico é casado.

Se cada irmão possui uma única profissão, pode-se concluir que:

- A) Danilo é engenheiro e viúvo.
- B) O piloto de avião não é solteiro.
- C) Celso é piloto de avião e casado.
- D) Eduardo não é cirurgião plástico.

**Questão 14**

Um grupo de 6 amigos reservou uma fileira com exatamente 6 assentos para assistirem a um filme no cinema. Dentre os amigos, há dois estudantes de engenharia de produção, dois estudantes de matemática computacional e dois estudantes de física. Considere que cada amigo faz apenas um único curso. De quantas formas distintas eles podem se assentar nessa fileira, de modo que os estudantes do mesmo curso fiquem juntos?

- A) 24.
- B) 36.
- C) 48.
- D) 60.

**Questão 15**

Para fazer um intercâmbio em um país que possui temperaturas bem baixas, Gabriela comprou alguns pares de botas e os guardou em uma caixa vazia. Ela comprou 3 pares de botas azuis, 2 pares de botas pretas e 2 pares de botas verdes. Considere que um par de botas é formado por uma bota que calça apenas o seu pé esquerdo e outra bota que calça apenas o seu pé direito. Quantas botas, no mínimo, Gabriela deverá retirar da caixa, para que tenha a garantia de ter pelo menos um par de botas pretas?

- A) 2.
- B) 3.
- C) 12.
- D) 13.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**Questão 16**

**Provimento é o ato administrativo de preenchimento de cargo público e, nos termos da Lei Complementar nº 013/2013, os cargos públicos serão providos por, EXCETO:**

- A) Reversão, feita a pedido ou de ofício.
- B) Nomeação, em caráter efetivo, em comissão ou substituição.
- C) Recondução, onde o servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado.
- D) Reintegração, decorrente de decisão administrativa ou sentença judicial transitada em julgado.

**Questão 17**

**Sobre as licenças previstas na Lei Complementar nº 013/2013, analise as situações a seguir.**

- I. Davi poderá licenciar-se para tratamento de saúde e se sua licença for superior a sessenta dias, dependerá de exame por junta médica indicada pelo Presidente da Câmara. A licença para tratamento de saúde será concedida com vencimentos integrais pelo prazo indicado no laudo médico.
- II. À gestante, como Bianca, será concedido cento e cinquenta dias de licença, sem prejuízo da remuneração.
- III. Luiz, servidor estável, poderá pleitear licença sem vencimentos para tratar de interesse particular, pelo prazo de até dois anos, prorrogável uma única vez, por, no máximo, mais dois anos.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

**Questão 18**

**João e Leandro, servidores estáveis do Município de Espera Feliz, estão conversando sobre suas pretensões de aposentadoria, fazendo planos para o futuro. João afirma que se aposentará voluntariamente, com recebimento integral aos cinquenta e cinco anos, pois já possui mais de dez anos de efetivo exercício no Município. Leandro rebate a afirmação de João, informando que, para se aposentar com proventos integrais, João necessita completar sessenta anos e, no mínimo, trinta anos de contribuição. Ante a situação hipotética apresentada e, considerando-se o previsto na Lei Complementar nº 013/2013, pode-se afirmar que:**

- A) Leandro está correto em sua narrativa, visto que, além do tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público, previsto em Lei, João necessita completar sessenta anos, e comprovar trinta anos de contribuição.
- B) João está certo em sua narrativa, visto que, para se aposentar voluntariamente com proventos integrais, o servidor deverá ter cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e possuir, ao menos, cinquenta e cinco anos.
- C) Ambos estão equivocados em suas narrativas, visto que, para se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, o homem deve comprovar ter cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, além de comprovar possuir sessenta anos de idade completos e trinta e cinco anos de contribuição.
- D) Ambos estão equivocados em suas narrativas, visto que, para se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, o homem deve comprovar ter cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, além de comprovar possuir sessenta e cinco anos de idade completos e trinta e cinco anos de contribuição.

**Questão 19**

**A organização da administração municipal está prevista na Lei Complementar nº 010/2013; sobre ela, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) A administração municipal se organiza em órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta.
- ( ) A Administração Direta é composta por órgão sem personalidade jurídica própria, integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo e hierarquicamente submetidos à direção superior do Prefeito Municipal.
- ( ) A Administração Direta é composta por autarquias e fundações públicas.
- ( ) A Administração Indireta compreende as entidades com personalidade jurídica própria e que integram a administração municipal por vinculação.
- ( ) Sendo criadas por Lei, a Administração Indireta é composta apenas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista.

**A sequência está correta em**

- A) V, V, V, F, F.
- B) V, V, F, V, F.
- C) F, F, F, V, V.
- D) F, F, V, F, V.

**Questão 20**

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo e com mandato. Sobre a Câmara Municipal, à luz da Lei Orgânica do Município de Espera Feliz – Lei nº 1, de 17 de dezembro de 2000, é correto afirmar que:

- A) Cada sessão legislativa terá duração de quatro anos.
- B) Compete à mesa diretora da casa promulgar as resoluções e decretos legislativos.
- C) Compete à Câmara, com a sanção do Prefeito, autorizar a concessão de serviços públicos.
- D) É de competência exclusiva do Prefeito a iniciativa de lei que trate de autorização para abertura de créditos suplementares.

**CONHECIMENTOS DE DIREITO**

**Questão 21**

Os amigos Pedro, Mateus e José, candidatos a cargo público na cidade de Jambo Branco, enquanto estudavam a respeito da Lei da Improbidade Administrativa proferiram as seguintes afirmações.

Pedro: A falta de voluntariedade e de consciência na prática de ato ilícito descaracteriza-o como de improbidade administrativa.

Mateus: Apenas aquele que comprovar estar em dia com a Justiça, possuir idoneidade moral e reputação ilibada poderá representar à autoridade administrativa competente para a apuração da prática de ato de improbidade.

José: Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que, dentre outra hipótese, condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial.

**Está correto o que se afirma por**

- A) Pedro e José.
- B) José e Mateus.
- C) Mateus e Pedro.
- D) Pedro, Mateus e José.

**Questão 22**

Durante o governo *Sarney*, o pluripartidarismo foi ampliado, legalizando-se partidos como o PCB e o PC do B, surgindo novos como o PSDB (dissidência de membros do PMDB) e o PL (Partido Liberal), formado por ideais neoliberais do empresariado. Outro avanço foi a erradicação da “famigerada” censura à imprensa, que assolou o País durante o governo militar. O sindicalismo e grandes centrais (CUT e CGT) consolidaram-se. Era a solidificação da transição entre o antigo regime e a “Nova República”.

(LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático – 27ª edição 2023. Portuguese Edition, p. 342.*)

**Em 1989, depois de 25 anos de regime de exceção, o povo elegeu, pelo voto direto, em dois turnos:**

- A) Itamar Franco.
- B) Luiz Inácio Lula da Silva.
- C) Fernando Collor de Mello.
- D) Fernando Henrique Cardoso.

**Questão 23**

**Tendo como escopo principal o entendimento das Cortes Superiores a respeito dos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A gestante contratada pela Administração Pública por prazo determinado e a gestante ocupante de cargo em comissão possuem direito à licença-maternidade e à estabilidade provisória.
- II. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- III. É inconstitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação do débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

**Questão 24**

**Sabe-se que a forma de Estado adotada pelo texto constitucional de 1988 é a Federação e não o Estado unitário. O federalismo brasileiro se implementou por desagregação a partir do Estado unitário e a Constituição de 1988 prescreve a Federação como**

- A) cláusula pétrea.
- B) princípio sensível.
- C) federalismo simétrico.
- D) democracia semidireta ou participativa.

**Questão 25**

Vislumbrado na Magna Carta de 1215, tal direito nasceu por meio do *right of petition*, na Inglaterra, consolidando-se no *Bill of Rights* de 1689. Consistia, nesse primeiro momento, no simples direito de o Grande Conselho, depois o Parlamento, pedir que o Rei sancionasse as leis. Fortaleceu-se na Constituição francesa de 1791 ao se ampliarem os peticionários e o objeto da petição.  
(Lenza, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado – 27ª edição 2023. Portuguese Edition, p. 2227. Adaptado.*)

**Em seu Art. 5º, inciso XXXIV, a Constituição Federal de 1988 assegura a todos, além do direito de petição, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de**

- A) certidões impressas de Breve Relato.
- B) certidão negativa de débitos de tributos imobiliários.
- C) certidões com apostilamento em processo de dupla cidadania.
- D) certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

**Questão 26**

**“Prevista no Art. 12, II, “b”, CF/1988, a naturalização \_\_\_\_\_ dar-se-á quando os estrangeiros, de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, requisitarem a nacionalidade brasileira desde que preencham todos os requisitos constitucionais exigidos.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.**

- A) especial
- B) provisória
- C) ordinária legal
- D) extraordinária ou quinquenária

**Questão 27**

**Marcelo é lotado no quadro de pessoal de determinada entidade da Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, que têm por finalidade a exploração da atividade econômica – exploração esta que é realizada de forma indireta; seu capital é exclusivamente público. O local de trabalho de Marcelo é denominado:**

- A) Empresa Pública.
- B) Fundação Pública.
- C) Agência Executiva.
- D) Agência Reguladora.

**Questão 28**

**Tendo como base a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Nas legislações brasileiras é defeso estabelecer margens de preferência para a aquisição de bens.
- II. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado em decorrência da necessidade de padronização do objeto.

**Está de acordo o que se afirma em**

- A) As afirmativas I e II estão corretas.
- B) As afirmativas I e II estão incorretas.
- C) A afirmativa I está incorreta e a II está correta.
- D) A afirmativa II está incorreta e a I está correta.

**Questão 29**

**Tendo como a Lei nº 9.784/1999 e suas alterações, analise as situações hipotéticas a seguir.**

- I. Benedito é pessoa com deficiência; aduz a referida norma que ele terá prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, nos procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado.
- II. Vanda afirmou, categoricamente, que, segundo ensina a Lei nº 9.784/1999, o ato administrativo que dispense ou declare a inexistência de processo licitatório deve ser motivado.
- III. Nair foi informada por seu advogado que inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

**Questão 30**

A Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, disciplina que a atividade de tratamento de dados pessoais deverá considerar o princípio da:

- A) Prova lícita.
- B) Pessoa natural.
- C) Não autoincriminação.
- D) Responsabilização e prestação de contas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CONHECIMENTOS DO CARGO**

**Questão 31**

O processo legislativo no Brasil é regulamentado pela Constituição Federal de 1988 e pode ser alterado por meio de emendas constitucionais. As emendas à Constituição são instrumentos jurídicos que possibilitam a modificação do texto constitucional, permitindo introdução, alteração ou supressão de dispositivos, processo legislativo para a elaboração, discussão e aprovação de emendas à Constituição. O referido processo segue um trâmite específico que deve ser obedecido em todos os seus termos. Assim, analise as afirmativas a seguir sobre as emendas à Constituição Federal.

- I. A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- II. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- III. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- IV. A Constituição deverá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.

**Questão 32**

A Constituição Federal de 1988 estabelece dispositivos específicos para a defesa do Estado e das instituições democráticas no Brasil, com o objetivo de garantir a ordem constitucional, a segurança nacional e a preservação dos valores democráticos. Alguns desses dispositivos são encontrados especialmente nos artigos que tratam do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, além de outros princípios fundamentais presentes na Carta Magna. Em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas do Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- II. O Presidente da República deve, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- III. Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- IV. Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Ministro das Relações Exteriores, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.



**Questão 33**

A Lei nº 13.303/2016, também conhecida como Lei das Estatais, estabelece as normas gerais sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa legislação visa promover maior transparência, competitividade e eficiência nas contratações realizadas por essas entidades. A referida Lei estabelece regras específicas para as licitações realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista. Assim, é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista

- A) para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00, desde que se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou, ainda, a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- B) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e tenha fins lucrativos.
- C) na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público.
- D) na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas por pessoas jurídicas que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

**Questão 34**

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações, trouxe inovações significativas em relação ao sistema de registro de preços. O sistema de registro de preços é uma modalidade de licitação que visa à contratação futura de bens ou serviços, com base em preços registrados, para atender às necessidades dos órgãos ou entidades que participaram do procedimento licitatório. Sobre o sistema de registro de preços, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- A) O sistema de registro de preços deverá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- B) O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente deverá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
- C) A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos: existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional e necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.
- D) O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de dez dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

**Questão 35**

Os embargos à execução são uma peça processual prevista no Código de Processo Civil, utilizada pelo executado como um instrumento de defesa contra a execução em curso. Os embargos à execução têm como objetivo principal impugnar a execução, demonstrando ao juízo a existência de irregularidades ou alegando defeitos que justifiquem a suspensão ou extinção do processo executivo. Sobre embargos à execução, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens efetuadas no juízo deprecado.
- ( ) No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
- ( ) O juiz deverá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.
- ( ) A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados suspenderá a execução contra os que não embargaram quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, F, V.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, V, V.

**Questão 36**

A Lei nº 12.153/2009 instituiu os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, com o objetivo de proporcionar uma solução célere e simplificada para as demandas envolvendo litígios contra a Fazenda Pública. Esses juizados aplicam-se a causas de menor complexidade, especialmente aquelas relacionadas a questões fazendárias, tributárias e previdenciárias. Sobre a referida Lei, assinale a afirmativa correta.

- A) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de quarenta salários mínimos.
- B) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.
- C) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de quatro anos, e integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.
- D) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo obrigada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

**Questão 37**

A Lei nº 12.651/2012, também conhecida Código Florestal, foi promulgada em 25 de maio de 2012, com o objetivo de estabelecer normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa, as Áreas de Preservação Permanente (APPs), as reservas legais, o uso sustentável dos recursos naturais, a exploração econômica de áreas rurais, entre outros temas relacionados ao meio ambiente. Em relação ao controle da origem dos produtos florestais nos termos da referida Lei, assinale a afirmativa correta.

- A) O órgão federal coordenador do sistema nacional deverá bloquear a emissão de Documento de Origem Florestal (DOF) dos entes federativos não integrados ao sistema e fiscalizar os dados e relatórios respectivos.
- B) O controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão nacional competente do Sisnama.
- C) O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo não serão permitidos independentemente de autorização prévia, devendo o plantio ou reflorestamento estar previamente cadastrado no órgão ambiental competente e a exploração ser previamente declarada nele para fins de controle de origem.
- D) Os dados do sistema referido no *caput* serão disponibilizados para acesso público por meio da rede mundial de computadores, cabendo ao órgão federal coordenador do sistema fornecer os programas de informática a serem utilizados e definir o prazo para integração dos dados e as informações que deverão ser aportadas ao sistema nacional.

**Questão 38**

O regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) está regulamentado pela Lei Federal nº 13.019/2014, também conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Essa legislação estabelece as diretrizes e as normas para a celebração de parcerias entre o setor público e as OSCs, em regime de mútua cooperação, visando à consecução de finalidades de interesse público e recíproco. As parcerias podem ser formalizadas por meio de três instrumentos específicos: termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação. Cada um desses instrumentos possui características próprias, mas todos são orientados pelo princípio da colaboração e têm como objetivo promover o desenvolvimento de atividades ou a realização de projetos em prol do bem comum. Considerando a Lei nº 13.019/2014, analise as afirmativas a seguir.

- I. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, quarenta e cinco dias antes do termo inicialmente previsto.
- II. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.
- III. Nas parcerias com vigência superior a dois anos, a Administração Pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.
- IV. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

**Questão 39**

A exclusão do crédito tributário refere-se às circunstâncias previstas em lei que permitem a redução ou anulação de débitos fiscais, levando à extinção, total ou parcial, da obrigação tributária. Diversas situações previstas na legislação autorizam a exclusão ou extinção do crédito tributário. Analise as afirmativas a seguir com relação à exclusão do crédito tributário.

- I. A anistia, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- II. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- III. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- IV. A isenção, quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.

**Questão 40**

A Lei Federal nº 4.320/1964 estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A execução do orçamento, nos termos dessa Lei, compreende a fase em que são realizadas as despesas e arrecadadas as receitas previstas no orçamento público. A referida Lei estabelece que a execução do orçamento deve ser realizada de acordo com a programação financeira e o cronograma de desembolso. A programação financeira detalha a alocação dos recursos ao longo do exercício, enquanto o cronograma de desembolso indica a previsão mensal de gastos. Tratando-se da execução de orçamentos nos termos da Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- A) As cotas bimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.
- B) Para cada empenho poderá ser extraído um documento denominado “nota de empenho” que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- C) Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
- D) Não é permitida a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável a movimentação de pessoal dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas, a que se realize em obediência à legislação específica.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior, nível médio técnico e médio e 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental completo e incompleto.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito).
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.